

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS- UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ESA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – OFERTA REGULAR**

**DESAFIOS DE UM DISCENTE AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

**MANAUS
2024**

WESLEY SALIM DE MATOS

**DESAFIOS DE UM DISCENTE AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como requisito final da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do Título de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Moura do Amaral

MANAUS

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

M425d Matos, Wesley Salim de
Desafios de um discente autista no Ensino Superior: : Um relato de
experiência / Wesley Salim de Matos . Manaus : [s.n], 2024.
40 f.: color.; 21,0 cm.

TCC - Graduação em Educação Física - Licenciatura-
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.

Inclui Bibliografia.

Orientador: Sheila Moura do Amaral.

1. TEA. 2. Desafios. 3. Inclusão. 4. Ensino Superior. I. Sheila
Moura do Amaral (Orient.) II. Universidade do Estado do
Amazonas. III. Título

CDU(1997)796

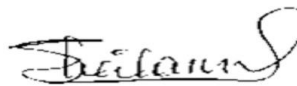
WESLEY SALIM DE MATOS

**DESAFIOS DE UM DISCENTE AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade do Estado do
Amazonas (UEA), como requisito final da
disciplina Trabalho de Conclusão de Curso
para obtenção do Título de Licenciatura em
Educação Física.

Manaus, 11 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Sheila Moura do Amaral
Orientadora

Prof. Dr. Diego Grasel Barbosa
Universidade do Estado do Amazonas



Prof. Me. Thiago da Cruz Almeida
Universidade do Estado do Amazonas

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar os desafios e vivências pessoais, pedagógicas e sociais de um discente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior, especificamente no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Aqui, encontram-se descritos desafios, dificuldades e barreiras experimentados por um discente com TEA, de forma autobiográfica, apoiada por referencial teórico e marcos legais de inclusão, com questões sobre a verdadeira inclusão do aluno com esse transtorno no ensino superior. O relato é feito a partir experiência pessoal do autor, questionando se as garantias legais são, efetivamente, cumpridas ou se permanecem apenas no discurso. A inclusão não trata apenas de criar políticas e leis, mas também de garantir que estas sejam implementadas e respeitadas no dia a dia das instituições de ensino regular superior. É essencial analisar como essas políticas impactam a vida acadêmica e social do discente com TEA. O relato faz um percurso na história pessoal, escolar e acadêmica do autor, com descrições sobre as vivências e sentimentos experimentados, numa perspectiva de inclusão de pessoas com TEA em uma Instituição de Ensino Superior (IES). Espera-se que as pessoas possam compreender melhor as necessidades, especificidade e diferenças

Palavras-chave: TEA. Desafios. Inclusão. Ensino Superior.

ABSTRACT

The present work aims to report the personal, pedagogical and social challenges and experiences of a student with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Higher Education, specifically in the Degree in Physical Education course at the State University of Amazonas (UEA). Here, challenges, difficulties and barriers experienced by a student with ASD are described, in an autobiographical way, supported by theoretical references and legal inclusion frameworks, with questions about the true inclusion of students with this disorder in higher education. The report is based on the author's personal experience, questioning whether the legal guarantees are effectively fulfilled or whether they remain merely in discourse. Inclusion is not just about creating policies and laws, but also about ensuring that they are implemented and respected in the daily lives of regular higher education institutions. It is essential to analyze how these policies impact the academic and social life of students with ASD. The report takes a journey through the author's personal, school and academic history, with descriptions of the experiences and feelings experienced, from a perspective of including people with ASD in a Higher Education Institution (HEI). It is expected that people can better understand the needs, specificities and differences

Keywords: TEA, Challenges, Inclusion. Higher education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Wesley Salim	11
Figura 2 - Escola Estadual Princesa Isabel	12
Figura 3 - Natação.....	12
Figura 4 - Musicalização - Liceu Claudio Santoro	13
Figura 5 - Escola Estadual Prof. Antônio Sarmiento	14
Figura 6 - Futsal na Vila Olímpica	15
Figura 7 - Capoeira, na Educação Infantil	16
Figura 8 - Colégio Amazonense D. Pedro II - CADP	18
Figura 9 - Jogos Adaptados André Vidal de Araújo (JAAVAS).....	19
Figura 10 - Laudo Médico.....	20
Figura 11 - Matrícula na ESA	25
Figura 12 - Aula Prática no Ensino Superior	28
Figura 13 - Estágio Supervisionado I	32
Figura 14 - Estágio Supervisionado II	33

LISTA DE SIGLAS

CETI	Centro de Educação em Tempo Integral
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IAAM	Instituto Autista do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
JAAVAS	Jogos Adaptados André Vidal de Araújo
JEA'S	Jogos Escolares do Amazonas
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PcD	Pessoa com Deficiência
PNAD	Política Nacional por Amostra de Domicílios
PROAMDE	Programa de Atividades Motoras para Deficientes
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PSC	Processo Seletivo Contínuo
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEPED	Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SIS	Sistema de Ingresso Seriado
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNINORTE	Centro Universitário do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 RELATO DE EXPERIÊNCIA	9
2.1 MUITO PRAZER, EU SOU O WESLEY	9
2.2 WESLEY NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	11
2.2.1 Ensino Fundamental Anos Iniciais	11
2.2.2 Ensino Fundamental Anos Finais	13
3 OS DESAFIOS NO ENSINO MÉDIO	18
4 O PERCURSO PARA MEU MAIOR DESAFIO	21
4.1 O QUE ME LEVOU A PRESTAR VESTIBULAR PARA EDUCAÇÃO FÍSICA	21
4.2 O PREPARO PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR	21
5 MAIS UMA BARREIRA E MAIS UM DESAFIO VENCIDO: FUI APROVADO NO ENSINO SUPERIOR	25
5.1 AULAS ONLINE	26
5.2 AULAS SEMIPRESENCIAIS.....	27
5.3 AULAS PRESENCIAIS E AS DIVERSAS BARREIRAS.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o Brasil possui mais de 18 milhões de Pessoas com Deficiência (PcD), representando mais de 8% da população brasileira. Dentre esse grupo, 10% são mulheres e 7,7% são homens. A mesma pesquisa revela que as PcD, têm o menor acesso à educação, o que contribui significativamente para o aumento da desigualdade em relação ao trabalho e à renda, quando comparadas às pessoas sem deficiência.

Dentro desse cenário, encontra-se a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), que apresenta características peculiares de alterações quantitativas e qualitativas de comunicação verbal e não verbal, de interação social e comportamentos restritos e repetitivos (Hyman; Levy; Myers, 2020). Estudos de Salgado *et al.* (2024) destacam que o diagnóstico clínico da pessoa com TEA deve ser feito de acordo com os critérios do CID 10, pela anamnese com pais e cuidadores e mediante observação clínica dos comportamentos. Ainda se verifica alterações de comportamento estereotipados, repertório restrito de interesses e atividades inespecíficas, além de maneirismos ou rituais que podem afetar a coordenação motora.

O TEA pode ser definido como “um distúrbio caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo, interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento”. Ocorrem, ainda, alterações nas ações de comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como repetição de ações e hiperfoco em objetos específicos e limitação de interesses. O transtorno apresenta uma variação de graus, que podem ir de uma condição leve até um quadro de total dependência (Brasil, 2022).

Ademais, cabe destacar que fatores como exposição a agentes químicos, deficiência de vitamina D e ácido fólico, uso de substâncias durante a gestação, prematuridade, baixo peso ao nascer, gestações múltiplas, infecções maternas e idade parental avançada podem contribuir para o desenvolvimento do TEA (Brasil, 2022).

Percebe-se que os enfrentamentos e desafios da pessoa com TEA são únicos, porém ela pode ultrapassar seus limites e progredir com o apoio da família, do corpo docente das instituições de ensino e, principalmente, com o suporte técnico

pedagógico adequado. Mencione-se, ainda, as leis existentes no Brasil, voltadas a amparar, apoiar e pautar o direito da PcD.

O destaque inicial é representado pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esse dispositivo legal trata sobre o direito à educação no sistema regular de ensino, incluindo como beneficiários desse direito as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

Merecedora de destaque é a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Considere-se, ainda, a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

No entanto, mesmo com todos esses suportes legais, os desafios impostos às pessoas com TEA agigantam-se, quando se trata da sua inclusão no Ensino Superior. Ao que parece, a inserção dessas pessoas no contexto educacional brasileiro encontra respaldado em diversos dispositivos legais. Todavia, é importante saber como ela acontece na prática real, a partir do olhar de uma PcD.

Nesse sentido, justifica-se o presente estudo, que relata os desafios do cotidiano de um discente com TEA em uma Instituições de Ensino Superior (IES) no Amazonas. Entende-se que o relato ora apresentado pode auxiliar não só na inserção de outras pessoas com TEA nas IES, como também trazer informações a professores e demais aluno que tenham como colega de classe uma pessoa com TEA.

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo relatar os desafios e vivências pedagógicas e sociais de uma pessoa com TEA, aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especificamente, objetiva-se descrever, em termos de vivências pedagógicas e sociais, os desafios experimentados por um discente de Educação Física da UEA nas atividades acadêmicas remotas, ocorridas durante o período pandêmico, semipresenciais e presencias, bem como apontar os limites e desafios para sua permanência na IES.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Relato de experiência é um tipo de texto acadêmico onde o autor reflete e descreve sua vivência acadêmica ou profissional, com o objetivo de fomentar a discussão para a troca de ideias.

2.1 MUITO PRAZER, EU SOU O WESLEY

Sou Wesley Salim de Matos, um jovem autista concluinte do Curso de Licenciatura em Educação Física. Tenho 22 anos, gosto de esporte, mas ainda tenho um pouco de dificuldade para praticar.

Vou relatar sobre meus desafios no ensino superior, de acordo com minha expectativa e realidade desde que entrei no curso, inicialmente no formato *online*, até minha caminhada para finalizar formação, caracterizada por um percurso um pouquinho diferente. Mas, para isso preciso começar pelo início, quando minha família descobriu que eu era igual, mas diferente.

Para começar, farei uma retrospectiva da minha vida. Nasci em 29 de março de 2002, na cidade de Manaus e fui criado pela minha tia, irmã biológica da minha mãe. Eu fui uma criança que passava a noite acordado, chorava muito, com dificuldade para falar e andar, usando vários tipos de calçados ortopédicos e caminhando bastante na Ponta Negra para ter firmeza ao pisar.

Aos sete anos de idade, fui diagnosticado com TEA severo, como diziam antigamente. Porém, só comecei o tratamento adequado com medicação e terapias quatro anos depois. A escola solicitou uma consulta avaliativa ao neuropsiquiatra pelo fato de eu demonstrar dificuldades de concentração nas atividades escolares, nervosismo, problemas de comunicação e interação com as outras crianças e hiperatividade.

Nessa fase, eu era muito agitado. Constantemente, mutilava-me sem intenção, era insensível à dor e, às vezes, na escola, sofria graves agressões dos colegas, com furos a lápis, arranhões e outras lesões.

Após a avaliação solicitada pela escola, o parecer apontava para a impossibilidade de eu continuar a estudar na escola de ensino regular do município, muito próxima à minha casa, porque eu não tinha aprendizagem, nem interação social,

podendo ser perigoso para as crianças que me machucavam. Minha mãe biológica não aceitou o diagnóstico de TEA e minha tia colocou-me em uma aula de reforço.

No ano seguinte, fui matriculado em uma escola da rede estadual que, dada a distância da minha casa, obrigava-me a pegar ônibus para ir à aula e minha tia levava-me para fazer acompanhamento multidisciplinar no Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo.

Em vista de meu diagnóstico, minha tia decidiu cursar Pedagogia para ter possibilidade de auxiliar-me melhor no meu dia-a-dia.

Em 2013, comecei a ser acompanhado por neuropediatra, tendo sido diagnosticado com TEA (F84.0) e Paralisia Cerebral (G80.9), esta determinadas por um coágulo que tenho na cabeça.

Hoje tenho acompanhamento neurológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, ocasionalmente, com psicólogo, fonoaudiólogo, otorrinolaringologista e nutricionista, o que depende de vaga. Preciso, constantemente, de acompanhamento psicológico, pois tenho ansiedade com frequência. Também esse atendimento depende da obtenção de vaga e, quando possível, faço no Santuário de Aparecida ou no Núcleo de Psicologia do Centro Universitário do Norte (UNINORTE).

Atualmente, sou mais comunicativo; porém, as pessoas ainda não me entendem muito bem. Às vezes, fico irritado com isso e pergunto por que as pessoas não me entendem. Minha cabeça causa-me confusão e não consigo falar de forma que me entendam. Sou autista e as pessoas também deveriam tentar entender-me.

Esse sou eu. Precisava falar isso, de modo a provocar a conscientização das pessoas em relação a alguém que apresenta TEA.

Agora, vou relatar um pouco sobre a minha trajetória escolar, desde a educação básica até chegar ao ensino superior.

Figura 1 - Wesley Salim



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

2.2 WESLEY NO ENSINO FUNDAMENTAL

Aqui, importa explicar que não estudei em escolas para pessoas especiais, graças à Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Às vezes, penso que essa lei é de exclusão também, mas foi a partir de sua implementação lei que eu pude ter o direito de socializar com pessoas diferentes de mim. Afinal, somos todos diferentes e temos alguma dificuldade, seja de socialização ou até de aprendizagem.

2.2.1 Ensino Fundamental Anos Iniciais

Estudei na Escola Estadual Princesa Isabel. Ali, não conseguia falar com as outras crianças, corria bastante e a professora mandava-me escrever os números até cem; depois, foi aumentando e minha mãe providenciou para que eu trocasse de sala.

Minha professora Nonata era muito legal; meus colegas cuidavam de mim, não me deixavam ficar no pátio após a campainha e esperavam-me para merendar; e a senhora da cozinha guardava meu lanche para eu comer depois.

Na época, eu participava de tudo, tendo feito o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Fui o primeiro aluno com diagnóstico formal de TEA nessa escola. Nesse período, eu fazia acompanhamento multiprofissional, encaminhado pela escola, no Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal

de Araújo, onde desenvolvia atividades com psicólogas, psicopedagogas, fisioterapeutas e fonoaudiólogas. Nesse contexto, participava de atividades psicomotoras diversas, atividades lúdicas individuais e coletivas voltadas ao estímulo da coordenação visomotora, linguagens, expressão de sentimentos, relaxamento e socialização.

Figura 2 - Escola Estadual Princesa Isabel



Fonte: Arquivo pessoal (2010)

Meu cotidiano permaneceu com reforço escolar e eu fazia, ainda, aulas de natação, que ajudavam a controlar minha respiração e resistência, fazendo os estilos crawl, borboleta e prancha, além de participar de todas as competições, ocasiões em que todos ganhavam medalhas.

Figura 3 - Natação



Fonte: Arquivo pessoal (2011)

Depois, pratiquei o futebol de salão, cujos professores eram bons, pacientes e inclusivos. Isso me ajudava a gastar energia, seguir regras, esperar minha vez, trabalhando a ansiedade, paciência, obediência e respeito com os colegas de jogo.

Continuei fazendo musicalização no Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro, onde aprendi a tocar flauta e conheci todos os instrumentos musicais. A música ajudava-me na coordenação motora, habilidades cognitivas, percepção, concentração, atenção, interação social e desenvolvimento emocional. A professora era muito legal e divertida, ajudando-nos a fazer apresentações para nossos pais, já que participávamos do Concerto de Natal

Figura 4 - Musicalização - Liceu Claudio Santoro



Fonte: Arquivo pessoal (2012)

2.2.2 Ensino Fundamental Anos Finais

Esse foi o período em que estudei na Escola Estadual Professor Antenor Sarmiento Pessoa, local bem estruturado, dotado de câmeras nas salas e com muitos alunos oriundos da Escola Princesa Isabel. Fiquei na mesma sala de minha irmã Nicole Louise, com professores maravilhosos, dentre eles a professora Maria do Carmo, que me incentivou a fazer educação física e faleceu de COVID 19 em 2021.

A mudança nessa fase foi difícil; regredi muito; em dois meses, danifiquei três mochilas; voltei à prática da automutilação; não conseguia acompanhar as aulas direito porque eram muitos professores, muitos alunos no lanche, muitos livros para ler, muito trabalho e atividades que me faziam desregular muito no cotidiano.

Porém, com a ajuda dos meus colegas, das professoras, do pedagogo e, principalmente, estudando com minha irmã Nicole Louise, consegui reorganizar-me.

Nesse período, comecei a fazer acompanhamento multiprofissional na escola Estadual de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz, onde realizava atividades de desenvolvimento da atenção, concentração, leitura, escrita, memorização, observação e raciocínio lógico. Essas atividades capacitaram-me bastante para as atividades escolares, principalmente para a leitura, pois também sou dislexo e tenho dificuldade com textos grandes, o que me levava sempre a pesquisar vídeos para auxiliar-me em relação ao conteúdo.

Também fui encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), para participar da Sala de Recursos na Escola Estadual Frei Silvio Vagheggi, onde trabalhavam assuntos referente às disciplinas da escola. Isso me ajudava bastante nas avaliações, mas ainda fiquei no reforço até o 6º ano.

Figura 5 - Escola Estadual Prof. Antônio Sarmiento



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Voltei ao Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro, passando para a Percussão Erudita, que apresenta considerável grau de dificuldade. O primeiro professor, em razão da impossibilidade de trabalhar comigo, solicitou à Coordenação que providenciasse outro para mim. Com a substituição, aprendi a tocar marimba, tambor, triângulo, pandeiro e bateria.

A percussão melhorou e aprimorou em mim habilidades psicomotoras, cognitivas, concentração e memória. Na música, usava os instrumentos de percussão para me concentrar; na bateria, usava tanto as mãos, quanto os pés; aprendi a ter controle e trabalhar duas coisas ao mesmo tempo; com o instrumento da marimba, aprendi ter um controle maior da força de minhas mãos.

Na sequência, passei a fazer futebol de salão com minha irmã na Vila Olímpica. A modalidade ajudava-me no controle dos movimentos dos meus pés e a ter mais noção de espaço. Os exercícios eram passe (toque de bola), chute, drible e cabeça, ao longo dos quais utilizávamos cones para delimitar a área de movimento ao redor da quadra. Além dos benefícios psicomotores, a modalidade esportiva fazia-me gastar bastante energia e favorecia minha integração social. Mas, na hora de jogar, os colegas não me escolhiam, preferindo também as meninas que, embora muito boas no esporte, eram desconsideradas. Essa exclusão era praticada também nas competições.

O professor tinha que separar as equipes para podermos jogar e parava o jogo para que eles passassem a bola para nós. Sentia-me excluído e as meninas também. Por isso, minha irmã desistiu.

Figura 6 - Futsal na Vila Olímpica



Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Posteriormente, parei o futsal e fiquei fazendo somente tênis de mesa, que me ajudava no raciocínio lógico, rapidez e concentração.

Fiz capoeira no projeto Batucada, modalidade que trabalhava coordenação motora, equilíbrio, flexibilidade, resistência física e queimava gordura. Por sinal, a capoeira foi o primeiro esporte que pratiquei, ainda na escolinha de educação infantil.

Figura 7 - Capoeira, na Educação Infantil



Fonte: Arquivo pessoal (2007)

Os acompanhamentos continuavam com neuropediatra no Ambulatório Araújo Lima; que garantia meus direitos por meio do laudo. Precisei fazer reforço de inglês no 7º ano e seguia participando de tudo na escola, muito com a ajuda da professora de Educação Física. Isso porque meus colegas não queriam que eu participasse dos jogos. Minha irmã sempre me colocava no grupo dela nas apresentações e nas danças que ela coreografava.

Além disso, eu participava do Programa Viver Melhor, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEPED), com atividades realizadas no Centro de Educação em Tempo Integral (CETI), bem como do Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE), idealizado pela professora doutora Kathya Augusta Thomé Lopes, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O PROAMDE tinha uma equipe multiprofissional e desenvolvia atividades de percepção visual, coordenação motora fina e grossa, equilíbrio, consciência corporal, estrutura espaço temporal, pensamento lógico, independência e socialização.

O 7º ano, em 2015, foi um período que contribuiu muito para o meu desenvolvimento motor, físico, mental e emocional. Passei a ter mais firmeza ao caminhar; diminuí as quedas ao correr, os acidentes com líquidos e comida na hora das refeições; passei a ter mais firmeza e menos força ao utilizar os lápis; desenvolvi mais confiança e menos medo para realizar e participar das atividades.

Hoje em dia, penso que as atividades mais simples ajudaram-me a realizar atividades envolvendo acrobacias, danças, jogos e apresentações na minha vida acadêmica.

Como sempre, as barreiras atitudinais aparecem no meu caminho. Em um determinado momento no 7º ano, minha mãe precisou ir à SEDUC, pois uma professora da Escola Estadual Professor Antenor Sarmiento Pessoa falou que eu deveria estudar em uma escola especial, pois não tinha condições de aprender naquele estabelecimento, ao que acrescentou não ser ali o meu lugar.

Diante do comportamento dessa profissional, cabe observar o que estabelece o artigo 4º, inciso III da Lei Nº 9.394/1996, que assim estabelece:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em relação à professora que me tratara com desrespeito, a SEDUC encaminhou as providências devida. Essa foi uma forma de exclusão clara que sofri naquele momento.

De acordo com Buccio, e Buccio (2008), a exclusão escolar pode e deve ser eliminada, a partir do momento em que a escola faz uma leitura da situação e percebe a necessidade de rompimento com a forma, por meio da qual as relações são estabelecidas, para fins de garantir a inclusão.

Nesse período fui fazer reforço de inglês e melhorei bastante nas disciplinas. Foi nesse momento que a professora passou a tecer elogios ao meu desempenho, deixando-me confiante e feliz.

3 OS DESAFIOS NO ENSINO MÉDIO

Mesmo com tantos desafios, parti para o Ensino Médio e fui estudar no Colégio Dom Pedro II. A troca de escola é sempre muito difícil, pois representa nova rota a seguir, novas atividades, novos professores, novas disciplinas, novos colegas. Enfim, mudança na rotina não é fácil nem para os ditos normais, imagina para nós, autistas? A ansiedade, o nervosismo e o destempero que sentimos favorecem o surgimento do chamamos de desregulação.

Nessa escola, fui bem recebido, participei de todos os eventos, passeios, atividades extraclasse e até competições, como os Jogos Escolares do Amazonas (JEA'S), oportunidade em que, pela primeira vez, pude jogar e representar a escola, competindo em várias modalidades nos Jogos Adaptados André Vidal de Araújo (JAAVAS) e ganhando medalhas. Já nos jogos internos, participei de diversas modalidades, inclusive voleibol, mesmo sem saber jogar. Foi muito divertido. Meus colegas colocaram-me no time de futsal e futebol e participei, ainda, quase ganhando, do tênis de mesa, que não jogava há muito tempo.

Figura 8 - Colégio Amazonense D. Pedro II - CADP



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Figura 9 - Jogos Adaptados André Vidal de Araújo (JAAVAS)



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Já nas atividades teóricas, quando era o professor que separava as equipes, alguns colegas não aceitavam minhas ideias e não queriam que eu apresentasse trabalhos, não gostavam quando eu fazia pergunta sobre o que eu não entendia. Isso me deixava triste e sem paciência.

Na época, eu fazia sala de recuso na escola à tarde, que se revelava uma atividade chata. A professora trabalhava leitura e fazia exercícios das disciplinas dadas no dia. Posso dizer que o ensino médio foi bem conturbado: passamos por greve, o colégio quase pegou fogo, além do COVID 19, período em que as aulas passaram a ser em caráter remoto. Infelizmente, as aulas naquele formato não eram boas e perdemos muito conteúdo.

Mesmo assim, foi um período muito bom, tendo a professora de Educação Física do 1º ano feito uma oficina de varinhas mágicas e jogo quadribol. Nessa fase, a rotina era bem diferente. Eu continuava com atendimento com o neuro, psicólogo e fonoaudiólogo; fazia Percussão Erudia, aula particular de Língua Portuguesa e redação, cursinho pré-vestibular e aula pré-vestibular do Colégio para acompanhar os estudos.

Como sabemos, na pandemia as aulas pararam, tudo parou, era um silêncio, tinha que ficar em casa, assistir aula na TV de manhã e de noite e copiar um monte de assuntos que não serviram para nada; só gasto de caderno e caneta. Eu participava das aulas online de Educação Física com minha família, assistia à missa com minha avó todos os dias pela TV Aparecida, fazia leitura com a minha tia Aninha e fazia, ainda, atendimento psicológico por vídeo chamada com o psicólogo do Santuário de Aparecida.

O período pandêmico do Ensino Médio foi muito difícil: meus colegas não atendiam às minhas ligações, quase não respondiam minhas mensagens, minha professora Du Carmo faleceu, meu professor do Ensino Médio Jair faleceu, meu amigo que me deu uma blusa do flamengo faleceu e meu psicólogo também; todos de Covid.

2020 e 2021 foram os piores anos da minha vida. Não pude convidar ninguém para o meu aniversário. Quando as aulas voltaram, nós usávamos máscaras, não podíamos fazer um monte de coisas, não teve a tradicional Dança dos Continentes, a festa junina das turmas de 3º ano e a formatura, que se limitou à entrega dos certificados. Então, fui privado de viver essas experiências coletivas e do convívio com alguns colegas que, por motivo de doença, não retornaram à aula presencial.

E foi assim, mesmo com a pandemia, que me preparei para ingressar no Ensino Superior. Fiz minha inscrição em todos os processos seletivos – Processo Seletivo Contínuo (PSC)/UFAM, Sistema de Ingresso Seriado (SIS)/UEA, Macro UEA e ENEM – reivindicando condições especiais como professor leitor e sala reservada. Para justificar o pedido de tratamento especial, usava o Laudo Médico mostrado na Figura 10.

Figura 10 - Laudo Médico

RECEITUÁRIO MÉDICO

Laudo Médico

O Sr. Wesley Sabina de Medeiros é professor de Teatro no Teatro de Espectáculos Artísticos (TEA), necessitando de seu posto de trabalho de professor-leitor e necessitando de uma sala reservada e uma mesa reservada com o professor.

CID = F84.0

June 15/2020

Fonte: O Autor (2020)

4 O PERCURSO PARA MEU MAIOR DESAFIO

4.1 O QUE ME LEVOU A PRESTAR VESTIBULAR PARA EDUCAÇÃO FÍSICA

Desde pequeno, como já descrevi, tive contato com vários tipos de esportes, dança, musicalização e teatro. No Ensino Fundamental, como me destacava participando de tudo nas aulas de Educação Física, a professora sugeriu que eu fizesse o curso de Educação Física. O professor do Projeto Viver Melhor Atividades Motoras também. Isso porque, nas aulas, eu explicava aos meus colegas as formas e posições para melhorar na prática e mostrava a eles os movimentos na quadra e sempre tive paciência para demonstrar e gostava de ser prestativo. E no Ensino Médio, pela didática da professora do 1º ano, percebi ser possível adaptar qualquer jogo às necessidades de todas as pessoas. Isso fez com que minha vontade de estudar Educação Física crescesse ainda mais.

Como uma pessoa, criada no esporte mesmo que para gastar energia para se autorregular, poderia escolher outro curso? Então, a minha escolha foi pelas minhas habilidades no esporte e pela minha professora que percebeu que eu poderia sim ser um profissional de Educação Física.

4.2 O PREPARO PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Minha garantia foi sempre a Lei Nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que tem como objetivo assegurar e promover; condições de igualdade, exercício dos direitos e da liberdade fundamentais para pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania de todos.

A pessoa com deficiência, como eu, que tenho TEA, tem direito à educação, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essa garantia incentivou-me a continuar meus estudos. Minha mãe Cris sempre lutou pelos meus direitos, onde quer que eu fosse, e nunca desistiu.

Eu sei que só foi possível continuar meus estudos por força da LBI, que nos proporciona o direito à igualdade de direitos de cidadão. Eu acho que toda pessoa deveria conhecer essa lei para entender os nossos direitos e cumprir suas disposições, sem questionar e sem achar que pode limitar-nos só porque aprendemos e fazemos as coisas em tempos e de formas diferentes.

Então, comecei a preparar-me. No primeiro ano, não fiz cursinho pois estava em adaptação à escola e começando a aula de reforço de Língua Portuguesa e Redação, já me preparando para o vestibular. No segundo ano, saía da escola para o cursinho, onde os professores eram muito legais, sempre perguntavam se eu havia entendido, se tinha dúvidas e na saída me faziam perguntas também; três vezes por semana, fazia reforço à noite. Já no terceiro ano, ainda na pandemia, os cursinhos pararam também, a escola parou e as aulas foram pela televisão, os professores passavam atividade pelo celular; nas aulas de Educação Física o professor fazia inserções ao vivo e toda família tinha que participar das atividades.

Foi tudo muito difícil: os conteúdos da TV eram atrasados, o reforço de Língua Portuguesa e Redação parou e minha tia Aninha fazia leitura comigo todos os dias, meu psicólogo sempre me atendia por vídeo chamada. Naquele contexto, o suporte familiar e psicológico ajudou-me no preparo para manter o foco e pensar no meu ingresso na Universidade.

Devido à pandemia, os calendários das instituições ficaram comprometidos. Em função disso, não fiz o PSC III, o que foi lamentável, uma vez que nas etapas anteriores – PSC I e II – tive bastante tranquilidade. As provas do ENEM também foram tranquilas, ocasião em que obtive uma boa nota na redação, apesar da dificuldade de leitura e organização das ideias no papel.

Quanto ao SIS e o Macro, que são sistemas de ingresso na UEA, foi um pouco complicado acessar a plataforma, vez que o sistema estava sempre travado ou lento. Demorou um pouco para concluir minha inscrição, pois o sistema para solicitar condições especiais, como sala individual e professor leitor, exige que o laudo respectivo seja anexado à inscrição. As vezes tinha que começar tudo de novo. Em relação às provas do Macro, fui muito bem. Os professores leram, pausadamente, o caderno de questões comigo e perguntaram-me se eu tinha entendido e se queria que lessem novamente.

No SIS, tive alguns problemas, pois minha mãe não pode passar do portão, levando-me ao susto de ter que, sozinho, procurar a sala em que faria a prova. Isso me deixou um pouco nervoso, com dor de cabeça, no que fui acalmado por minha mãe, que se encontrava do lado de fora do portão. Na ocasião, ela reclamou na portaria e uma professora ajudou-me a encontrar a sala certa.

Em todas as minhas provas para ingresso no Ensino Superior, solicitei sala individual e professor leitor. Isso me ajudou muito a compreender melhor as questões, responder as provas, ter êxito e ser aprovado no SIS e no MACRO UEA.

Na verdade, exerci um direito, previsto no artigo 27 do Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que assim dispõe:

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

Como pode ser percebido, inscrevi-me em todos os vestibulares com amparo nas disposições da Lei Nº 13.146/2015, inserindo-me na cota reservada à PcD, oriundo de escola pública. Na UEA só havia uma vaga para o curso em que me inscrevi, Educação Física, o que é injusto, pois deveria ser pelo menos 10% das vagas do curso, para que pudesse entrar uma pessoa de cada tipo de deficiência: autista, cadeirante, surdo, deficiente visual e outros. E assim, a PcD faria sua inscrição sem medo de ver arriscado o seu direito de ingresso na universidade.

Ainda que se entenda a referida lei como não ideal, é inegável o alcance social por ela representado. Prova disso é o que se encontra disposto em seu artigo 28, conforme segue:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...]

O deficiente que se inscreve em ampla concorrência tem mais dificuldade em garantir seus direitos.

Cabe salientar que a lei das cotas é muito importante, pois antes de sua edição, o ensino superior era elitizado. Contudo, é oportuno destacar que, atualmente, alunos oriundos de famílias abastadas optam por fazer o Ensino Médio em escolas públicas justamente para beneficiarem-se da cota correspondente.

Sem a cota, fica mais difícil para os indígenas defenderem seu povo, seu território; para os negros, que receberam falsa liberdade e foram largados à sua própria sorte sem direito sequer de trabalhar; e pra nós, PCDs.

É muito importante para o nosso crescimento e para a cultura do povo a garantia desses direitos, uma vez que, ainda hoje, somos vistos como seres incapazes de realizar qualquer coisa, que dirá cursar ensino superior.

5 MAIS UMA BARREIRA E MAIS UM DESAFIO VENCIDO: FUI APROVADO NO ENSINO SUPERIOR

No dia 07/07/2021, saiu o resultado dos vestibulares da UEA. Escolhi entrar no Ensino Superior pela aprovação no SIS, pois passei também no Macro. Enviei todos os documentos comprobatórios de minha condição de autista para análise, os quais foram aceitos

No dia 26/07/2021, fiz minha matrícula, presencialmente. Minha mãe auxiliou-me no preenchimento das fichas e fui recepcionado por um pequeno grupo de alunos, pois ainda havia restrições impostas ao convívio social. Foi muito legal! Eles pintaram minha testa, tiramos fotos e senti-me parte da universidade naquele momento. Mas era só um passo em meio aos desafios e barreiras atitudinais, pessoais e sociais que estavam por vir na minha vida.

Figura 11 - Matrícula na ESA



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Nesse sentido, descreverei como minha rotina ficou, no intuito de que sejam melhor compreendidos todos os desafios que passei a experimentar a partir do início das aulas da graduação.

5.1 AULAS ONLINE

Tudo começou de verdade e eu estava ansioso. As aulas começaram com a Semana Pedagógica ainda *online*, os professores apresentaram-se, o Coordenador falou sobre o curso, tivemos algumas palestras e orientações. Naquele primeiro período, senti muita dificuldade, pois eram muitos livros e vários textos grandes para ler ao mesmo tempo. O acesso a tais matérias era feito por uma plataforma chamada *classroom*, inicialmente complicada, sem falar na qualidade da internet em Manaus. Além disso, tive problemas com computador e telefone celular e passei alguns dias sem energia elétrica durante o dia, tendo em vista mudança no sistema da concessionária. A ansiedade foi altíssima, fiquei muito desregulado e perturbado. Enfim, foi um período bem conturbado.

Todo o material era disponibilizado no sistema acadêmico *online* e *classroom*, por meio dos quais era possível imprimir as apostilas, que eram lidas com a ajuda da família. Eu fazia resumo e gostava de fazer perguntas e falar sobre o que tinha lido. Mas não podia fazer muitas perguntas porque meus colegas falavam que eu atrapalhava. Então, para não perturbar, ficava calado.

Às vezes, não conseguia acompanhar o andamento das aulas e os monitores das turmas passavam atividades fora de hora, atrapalhavam-se para enviar atividades e complicavam minha situação também. Afinal, era tudo novo para todos. Então, solicitei tutor, oportunidade em que fui ajudado pelo Coordenador do Curso, que me orientou quanto aos procedimentos a serem adotadas. Na UEA tem um programa de tutor para alunos com algum tipo de deficiência, que tem por finalidade auxiliar o discente para que ele tenha condições de acompanhar o processo de ensino aprendizagem.

O tutor é um aluno da mesma turma, que dá suporte, orienta, insere o aluno com deficiência - no meu caso, com TEA - nos grupos de trabalho e verifica com os professores sobre nossas dificuldades, auxilia nos trabalhos, passa informações para a família. Na verdade, ele faz a ponte entre os professores, o aluno e sua família, mediante o recebimento de uma bolsa.

Com efeito, a Lei Nº 12.764/2012, a chamada Lei Berenice Piana, em seu artigo 3º, Parágrafo único, assim estabelece:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

[...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Considerando o dispositivo da lei acima transcrito, o aluno tem direito a acompanhante especializado, o mesmo valendo para as universidades. A referida lei, além garantir que o aluno tenha acesso à educação, promove sua inserção no mercado de trabalho, de modo a assegurar que o indivíduo autista seja integrado na sociedade.

O tutor a mim disponibilizado era muito bacana, providenciando para que eu fosse inserido no grupo, o que, infelizmente, não aconteceu. Isso porque, em diversas ocasiões, não aceitavam minhas sugestões, minhas pesquisas e não me deixavam apresentar. Com isso, perdi o interesse em pesquisar e estudar para apresentações.

Minha família sempre assistia às aulas comigo e ajudava-me, depois, a compreender melhor. Nesse período, apresentei um projeto individual na disciplina de Metodologia da Pesquisa. Pela primeira vez, estava nervoso, mesmo sendo *online* e estando em casa. Antes de começar, o professor falou para eu ficar calmo.

É importante destacar que, mesmo nas aulas online, nas quais me encontrava em casa, sentia-me excluído.

5.2 AULAS SEMIPRESENCIAIS

No segundo período do ano de 2022, as aulas passaram ao sistema híbrido e no primeiro dia de aula presencial fiquei muito ansioso; não sabia como seria conhecer meus colegas e professores pessoalmente e, pela primeira vez, ficar sozinho na sala, sem minha irmã.

Foi um grande desafio, com mudança de rotina e revezamento de formato das aulas, que transitavam entre presencial e online. Às vezes, na terça-feira, era presencial e na outra semana *online*. Tudo bem fora do que estava acostumado, sem rotina e sem poder me organizar, fora do meu padrão. Então, minha vida virou um caos nesse momento e, para piorar, meu psicólogo faleceu. Fiquei com muitas dificuldades, principalmente de comunicação. Não estava compreendendo nada,

perguntava de todos os colegas as atividades, meu tutor explicava e passava tudo para minha mãe, que me orientava melhor em casa porque, realmente, fiquei perdido.

As provas não eram adaptadas, mas alguns professores tinham um olhar diferenciado na correção. Com outros, minha mãe precisava conversar e explicar ou falar com o Coordenador. No começo, dava vontade de ir ao banheiro várias vezes porque ficava ansioso e nervoso e meus colegas falavam que eu perguntava muito. Alguns professores falavam para eu esperar para falar e eu esquecia o que iria perguntar.

Além disso, tive que trocar de tutor três vezes, porque o aluno que participava de algum projeto com bolsa não podia ser tutor e meus tutores estavam engajados em outros projetos, assim motivando as substituições. Isso me deixava todo embaralhado. E em cada troca, eu tinha que solicitar novamente o tutor, entregar documentação e isso foi muito ruim para mim. Mesmo com a ajuda da secretária, do meu primeiro tutor e da maioria dos colegas, o tutor também tinha dúvidas e, às vezes, não compreendia e tinha dificuldades em realizar suas próprias tarefas.

5.3 AULAS PRESENCIAIS E AS DIVERSAS BARREIRAS

As aulas presenciais já começaram com nova troca de tutora, que era bem inteligente, sempre me colocava no grupo de trabalho dela, ajudava nas apresentações, orientava e fazia um cronograma da semana para eu não esquecer as atividades e locais de aula. É, senhores, os locais de cada disciplina de aulas práticas eram diferentes.



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Em muitas ocasiões, com mudanças repentinas, eu ficava perdido e com medo de ir para o lugar errado, mesmo com o auxílio da tutora.

Aos poucos e com muito ajuda, fui me adaptando e entendendo que algumas aulas seriam em lugares diferentes porque o curso não tem local próprio para as práticas. E para mim essas aulas eram ótimas, pois davam a possibilidade de colocar em prática a teoria recebida em sala de aula. Eu sempre ia na companhia de alguém da família ou minha mãe pedia pra algum colega acompanhar.

Foi assim que comecei a entender que minha rotina seria diferente mesmo. Uma das minhas maiores dificuldades sempre foram as apresentações, pois preciso de um tempo maior para assimilar, entender melhor e assistir aos vídeos relacionados para explicar, fora que minha dicção não é muito boa. Isso foi problema, pois os outros discentes não queriam fazer trabalho comigo, e não era só pela dicção; eu bem sei disso. Eles não aceitavam minhas ideias e minhas pesquisas desde o primeiro período e quando enviava para o grupo alguma pesquisa sobre o trabalho, esta não era considerada. Tudo o que eu fazia não era interessante para eles, que nem me respondiam no grupo e na sala sempre mandavam eu ter calma, que depois iam olhar.

Experimentando o peso daquela circunstância, parei de ler, de me interessar, de me esforçar e ficava sempre só novamente. Para completar, um estagiário fez alguns comentários impróprios a meu respeito na sala. Ele falou na frente de todos, que não ia refrescar, porque era autista, como se eu tivesse pedido algo além do que me é garantido por lei. Sempre me esforcei para chegar onde estou e ele descreveu-me como uma pessoa preguiçosa, que queria nota sem fazer nada. Nos treinos, ele sempre chamava a minha atenção e era um pouco agressivo na voz; tudo o que eu falava ou fazia não era bom, era como se eu fosse todo errado. Mas minha família, como sempre, seguia apoiando-me e dizendo que eu podia, que eu iria conseguir.

Mais uma vez, minha mãe conseguiu reverter esse quadro e no dia que ele não foi pro jogo foi ótimo. Tive uma interação muito boa com meus colegas e joguei mais tranquilo; apesar de não termos ganhado, o jogo foi mais tranquilo e divertido. Isso afetou um pouco meu desempenho e minhas notas baixaram um pouco, pois sentia-me sentia mal e, mais uma vez, pensei em desistir; não queria ir mais pra aula, ficava pensando que ele estava certo e lá não era meu lugar. Mas onde será o lugar das pessoas com TEA? Meu nervosismo aumentou, voltei a tomar medicação controlada, a ir mais vezes para consulta com a neurologista, obtive notas baixíssimas em uma disciplina, tive crise de ansiedades e febre de quase 40 graus. Precisei fazer

acompanhamento constante com psicóloga e nutricionista, perdi peso, adquiri gordura no fígado, tudo isso no quarto período.

No quinto período, minha mãe conversou com o Coordenador, relatou, sucintamente, o que estava acontecendo e pediu para que os professores me deixassem fazer trabalhos sozinho. A intenção era não atrapalhar os outros discentes e permitir que eu pudesse recompor minha organização para, assim, ter condições de continuar. Naquela ocasião, eu não queria mais voltar para a aula, situação que se agravou quando um amigo disse que se o primeiro período não tivesse sido *online*, eu teria sido reprovado. Isso me abalou ainda mais. Será que eu não sabia nada mesmo, que as pessoas aprovadas por cota, com vagas mínimas, não têm condições de permanecer e concluir o curso? São muitas as perguntas, questionamentos e cobranças que nós mesmos colocamos em nossas vidas. E fico pensando: por que os ditos normais não percebem quando estão fazendo mal a alguém só porque não somos iguais a eles?

A professora de Educação Física do Instituto Autista do Amazonas (IAAM), onde realizei meu estágio voluntário, conversou comigo e incentivou-me a continuar com minha graduação.

Segui meu curso, mas com receio de fazer perguntas, de falar com alguns professores e não liguei para os colegas. O Coordenador conversou com minha tutora e com os professores e algumas coisas melhoraram. Quando fazia perguntas aos professores e eles não entendiam, pediam-me para repetir as minhas dúvidas e não mais para esperar e falar depois. Eu só perguntava porque não conseguia compreender as informações e explicações que os professores davam. E não falava porque gostava de falar, ou atrapalhar as aulas e sim porque não entendia.

Ainda estava com dificuldade para estudar e concentrar-me nos estudos. Mas minha tutora ajudava, explicando as atividades que não entendia em sala de aula. Além disso, tive dificuldades de entender as provas que os professores passavam; muitas vezes tinha que ler três ou seis vezes para responder as questões com textos grandes e ficava nervoso por causa do tempo para entregar as avaliações. Não pedi tempo estendido para realização de provas durante o curso e, mesmo tendo entrado na cota como deficiente, com laudo outros documentos, não foi ofertado, qualquer direito adquirido por lei; pelo contrário houve professores que chegaram a falar que não fariam avaliações diferenciadas. E olha que eu nem pedi...

Naquele contexto, eu só queria ser uma pessoa normal e fazer tudo como os outros. Mas eu tenho limitações e se tivesse solicitado o que me é de direito, poderia ter sido um aluno excelente. É importante não ter vergonha, nem medo de represálias, exigir os direitos e lutar por eles; as pessoas não vão gostar mais, nem menos, de você. E se as pessoas são normais, por que não entendem que somos diferentes e não respeitam nossos direitos e nossa forma de viver com elas?

É fundamental que as pessoas conheçam o que é estabelecido no artigo 27 do Decreto Nº 3.298/1999, que diz:

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

§ 2º O Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de deficiência.

Os próprios professores parecem nem saber disso porque eu sempre tinha que estar explicando ou calava e aceitava. Por vezes, descompensava e perdia o foco, não conseguindo situar-me na leitura e tudo ficava muito confuso. A tutora não podia ajudar na leitura pois, sendo ela aluna também, tal prática não era permitida. E eu não saía para meu tempo regulação porque ficava com medo do professor não entender o que estava sentindo.

Nas avaliações *online*, havia mais tempo para resolver. Quando estava muito complicado, minha mãe ou minha tia liam para mim e eu compreendia o que era para fazer. Troquei, novamente, de tutora e ela também me ajudava bastante, junto com a antiga tutora, o que me garantia, praticamente, duas tutoras. Entretanto, como sempre, as mudanças deixavam-me um pouco confuso. Então, eu perguntava de todos os colegas sobre os trabalhos, pois estava perdido; alguns ajudavam-me, outros não tinham paciência.

Alguns professores, desde o primeiro período, foram bem compreensivos e passavam conteúdo de vídeo para mim, pois é com esse formato que aprendo melhor. Então, eu gravava o áudio e escutava várias vezes.

As provas dissertativas eram complicadas. No período de avaliação, eu ficava nervoso, tinha muito trabalho para entregar, apresentar, estudar para prova e eu não conseguia pensar. Às vezes, concentrava-me só em uma disciplina e ia acumulando todos os exercícios das outras disciplinas. Minha mãe auxiliava a conciliar o tempo e estabelecer prioridades, conforme as datas de entrega, de tal modo que nunca pedi o tempo estendido a que tinha direito.

Comecei, então, um estágio voluntário no IAAM, que me ajudou muito a entender os alunos, a lidar com a agitação, com a falta de vontade de realizar algumas ações, a explicar melhor as atividades e demonstrar os exercícios para os alunos. Senti-me muito bem e mais motivado a continuar meu curso. Quando explicava aos alunos as atividades, não me sentia nervoso, eles eram respeitosos e eu experimentava certa felicidade. Aprendi a ter responsabilidade com os discentes, a ter noção segura de como impor respeito nas aulas e, assim, consegui atuar com os alunos sem ficar nervoso.

O sétimo período trouxe um dos meus maiores tormentos, o Estágio Supervisionado I, que me obrigava a escrever o caderno de Estágio I, o qual tive que refazer três vezes. E na autoavaliação, o colega disse que eu coloquei muita cola e não podia ter letra feia. Fiquei muito bravo. Como minha letra ia ficar linda do dia para noite e com um monte de coisas para fazer?

Figura 13 - Estágio Supervisionado I



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

No Estágio II, ficou pior. Até o plano tinha que ser escrito no caderno, além de várias outras atividades que deveriam ser lançadas, como os relatórios diários de observação, corregência e regência. E lembrem-se: com letra bonita e sem erro. Tudo

isso e os relatórios do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e os relatórios de contagem de créditos.

No estágio, sempre me perguntava: serei capaz de aplicar a aula para os alunos, ou mesmo, ser melhor professor para os estudantes nas atividades das aulas? Será que iria conseguir terminar o curso? Será que conseguiria fechar as horas complementares?

Minha tutora, que comigo compunha a dupla de estágio, ajudava-me com as datas que eu esquecia ou com alguma coisa que deixava de ser preenchida no caderno, conforme o cronograma. Treinei para a aplicação do plano e fiquei chateado com minha dupla na respectiva hora, mas espero ter me saído bem.

Na aplicação do plano, alguns alunos não conseguiam entender a atividade; então, eu repetia a explicação de maneira pausada e demonstrava como era a prática correspondente. A maioria dos alunos participava, gostava e pedia para repetir a atividade.

Futsal é um jogo que eles gostam muito, e treinar o esporte, por partes, de forma lúdica, focando no desenvolvimento de habilidades específicas, é muito gratificante. Porém percebi que para um profissional com TEA, que precisa de suporte, será uma luta ainda maior a inclusão no mercado de trabalho.

Figura 14 - Estágio Supervisionado II



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Segundo Buccio e Buccio (2008), a exclusão acontece pelo conceito que se forma de uma pessoa dentro do contexto sociocultural. E é assim que me sinto na Universidade, fora dos parâmetros sociais, inserido em um contexto estigmatizado, que invisibiliza a pessoa com TEA.

Para que haja inclusão, precisamos trabalhar o conceito que a classe dominante formou a nosso respeito. O primeiro passo já foi dado, com leis que nos amparam, possibilitando-nos estudar, aprender, ensinar e trabalhar; tudo com muito sacrifício e luta. Luta sim; pois estamos sempre tendo que recorrer às leis para sermos vistos e ouvidos.

Eu, Wesley Salim, entendo que para incluir um discente com TEA no Ensino Superior, esse aluno deve ser melhor acolhido, com o estabelecimento de parceria com a família para que ele possa sentir-se parte da turma, da Universidade. Suas avaliações, independentemente de solicitação, devem ser adaptadas, com respeito ao seu tempo e conscientização dos demais alunos quanto à importância da prática do respeito em relação ao colega.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar na minha pessoa como autista, percebi que preciso aprofundar-me mais nas leis, pois a exclusão é notória. Meu interesse no relato ora feito foi a busca por suportes especializados que me auxiliassem a sair da escuridão e a encontrar o caminho adequado para a inclusão verdadeira e poder ajudar outros autistas e os professores a entenderem que somos diferentes e precisamos fazer provas e trabalhos de forma diferente.

Por meio deste trabalho, pretendo fazer uma pequena diferença, não apenas na formação de futuros alunos no curso de Educação Física da UEA, mas em todos os cursos.

Os direitos dos discentes com TEA precisam ser respeitados e cumpridos como a lei determina. Eu queria que a lei saísse mais do papel e fossem praticadas; que discentes com TEA tenham mais condições de permanecer e concluir a licenciatura, o bacharelado e até mesmo uma especialização, com a ajuda e o suporte devido.

Mesmo com todas as barreiras, consegui concluir todas as disciplinas junto com minha turma, mas cada um tem um tempo e uma dinâmica diferente para concluir o curso. O importante é buscar seus direitos e não desistir. Eu não queria que facilitassem as coisas pra mim; eu quero que sejam adequadas. Eu não quero que o professor me ajude a passar porque eu sei que posso fazer muita coisa, mas do meu jeito e no meu tempo.

É preciso que nossos colegas nos vejam como seres capazes. É importante que eles não tenham receio de notas baixas por nos incluírem nos grupos ou nos permitirem apresentar trabalhos. É necessário que eles acolham nossas ideias e rompam com os paradigmas, como minha mãe fala. Para isso, os nossos professores também precisam fazer avaliações conforme nossos direitos e limitações.

Queremos ser tratados da mesma maneira, mas precisamos de tratamento adequado às nossas necessidades, para termos mais acesso ao conhecimento, permitindo-nos mais participação sem prejudicar os demais alunos, que não compreendem nosso raciocínio, nossa fala, nosso jeito de expressão e de ser. Os professores poderiam avaliar de forma diferente os ditos normais.

A educação, como apontado por Buccio e Buccio (2008), é uma mediação fundamental para a constituição da vida de uma PcD, num espaço de exercício de direitos e de interações significativas. Nesse contexto, o âmbito universitário não é

apenas mais um passo para uma pessoa com TEA; é sim uma grande vitória e a preparação para a vida profissional, com menos desigualdade.

Eu queria sentir-me acolhido, conectar-me com as pessoas e com o ambiente, pois a maioria das pessoas com TEA pode produzir mais, esforçar-se mais e evoluir, desde que haja estímulos, por meio da sensação de pertencimento em relação ao ambiente e ao grupo social.

Eu, Wesley Salim, estou aqui, rompendo mais uma barreira. É preciso ter força para não nos isolarmos, ter raça e determinação para chegar à conclusão do curso e abrir caminhos para que outros possam vir, vivenciar e construir seu futuro, pois o futuro é a educação.

Maninhos do TEA, sejam fortes, corajosos, determinados e destemidos! Venham construir seu conhecimento e alargar o caminho para muitos outros TEAs no Ensino Superior, para que a ponte do nosso futuro profissional seja sólida, sem esquecer que a inclusão começa em nós mesmos.

Esse sou eu e essa é a minha história de verdade. Eu não queria que ela fosse reproduzida tantas vezes com outras pessoas com TEA ou com outras deficiências. Aliás, eu sei que muita gente normal, às vezes, sente-se diferente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

_____. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 15 out. 2024.

_____. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 out. 2024

_____. Ministério da Saúde. **TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares**. 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares#:~:text=O%20TEA%20%C3%A9%20um%20dist%C3%BArbo,qualidade%20de%20vida%20das%20crian%C3%A7as.>>>. Acesso em: 16 out. 2024.

BUCCIO, Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação especial: Uma história em construção**. Curitiba: IBPEX, 2008

HYMAN, Susan L.; LEVY, Susan E.; MYERES, Scott M. Identification, Evaluation, and Management of Children With Autism Spectrum Disorder. **American Academy of Pediatrics**, Illinois, EUA, v. 15, n. 1, jan. 2020. Disponível em <<https://publications.aap.org/pediatrics/article/145/1/e20193447/36917/Identification-Evaluation-and-Management-of?autologincheck=redirected>>. Acesso em: 18 set. 2024.

SALGADO, Nuala Maria *et al.* Diagnóstico e Tratamento do Autismo: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Macapá, v. 6, n. 9, p. 1448-1456, set. 2024. Disponível em

<<https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/3509/3675>>. Acesso em: 16 out. 2024.